

PARA A HISTÓRIA DA «ÁGUIA» E DA «RENASCENÇA PORTUGUESA»

VII

A propósito das notas publicadas no n.º 2 de «Ocidente» relativas à 2.ª edição do livro «Sonetos», feita pela «Renascença», o sr. Cândido Guerreiro escreveu ao Director desta revista uma longa carta, que me dá ensejo para melhor esclarecer o assunto tratado, com outros elementos colhidos no meu arquivo e com os que o autor da carta vem juntar aos já divulgados.

Diz o sr. Cândido Guerreiro:

Faro, 22 de Junho de 1938.

Ex.º Sr. Dr. Manuel Múrias

«Só na quinta feira passada, por obsequiosa informação dum amigo, tive notícia do que no n.º 2 do «Ocidente», revista que V. Ex.ª dirige, o seu redactor-gerente, proprietário e editor, sr. Álvaro Pinto, diz de mim. Tendo agora encontrado, entre papéis velhos, com mais de vinte anos, aqueles de que precisava para instruir a minha defesa, venho responder.

Em primeiro lugar ao sr. Álvaro Pinto muito agradeço — sem nenhuma espécie de ironia — o ter levantado esta questão. Pelo que me é dado agora supôr, com a minha morte, que já não pode estar muito longe, ela resuscitaria com um aspecto de maior e irremediável gravidade, visto que eu já não poderia formular o meu depoimento, nem corroborá-lo com mais três peças que faltam neste corpo de delicto.

Em síntese, o sr. Álvaro Pinto afirma:

1.º — Que o livro «Sonetos», (2.ª edição, aumentada), encimado pelo meu nome e saído da tipografia da «Renascença Portuguesa» em 16 de Setembro de 1916, *não é meu*. Diz êle: — «O guarda-livros escreveu a Cândido Guerreiro e êste ficou julgando naturalmente que eu nunca mais voltaria a Portugal e que, portanto, de posse dêsse pedido do guarda-livros da «Renascença», podia impunemente fazer correr tudo o que lhe aprouvesse a meu respeito e a respeito do *livro que não lhe pertence*».

2.º — Que eu, Cândido Guerreiro, réu confesso do crime de roubo da

autoria dum livro — «Sonetos», 2.^a edição, — fôra condenado a adquirir os exemplares existentes. Escreve o sr. Álvaro Pinto: «Combinou-se então que Cândido Guerreiro adquiriria os exemplares existentes aos 10 ou 20 de cada vez e ficou o assunto arrumado». — E mais abaixo: —

«Resolvido o incidente com a confissão dêle e com a solução tomada depois, de ir adquirindo os exemplares existentes aos dez e vinte exemplares, dei o assunto por inteiramente liquidado, apenas o comunicando a Jaime Cortesão...»

E, finalmente,

3.^o — Que eu caluniei o sr. Álvaro Pinto e insisto em fazer correr a calúnia.

Vamos à primeira afirmação. — O livro não é meu. Apesar disso e apesar de eu forçada ou espontâneamente, ter confessado o crime, cumprindo até a penalidade imposta — a compra dos exemplares existentes — aproprio-me e aproveitei-me do produto do roubo durante vinte e dois anos consecutivos, deixando que pela imprensa nacional e estrangeira se me façam referências, e goze a satisfação de ver algumas das suas páginas traduzidas em castelhano e em alemão.

Isto é que tem sido descarado da minha parte! E, ingrato, ainda por cima, pago a formidável, a singularíssima magnanimidade do João Santiago Presado, e o discreto silêncio do sr. Álvaro Pinto, silêncio tão generoso que até parece cumplicidade de encobridor, caluniando o mesmo sr. Pinto... Verdade seja que eu contava que êle nunca mais voltaria a Portugal...

Ora o livro «Sonetos», 2.^a edição, compreende 112 sonetos. Os primeiros 50 formaram, com mais um que eliminei, a primeira edição.

(Refere-se aqui o sr. C. G. à primeira edição, que não está em causa).

Vamos agora aos restantes 72 sonetos, aqueles que acrescentei aos 50 da 1.^a e por isso chamei — 2.^a edição *aumentada*. São os da 2.^a fase, que vai de 1904 a 1916. No volume vem a indicação de 1908 a 1916. Foi lapso meu ou erro tipográfico que, mau revisor como sou, não emendei. Tendo a 1.^a edição saído em começo de 1904 e tendo eu retirado de Coimbra em 1907, seria necessário que durante êsses três anos não escrevesse sonetos. Mas escrevi-os, e são os de págs. 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 89, 109, 111, 113 e 123.

Mostrei-os, antes de publicados, a diversos amigos, de entre os quais quero destacar João Maria Santiago Presado, que sempre para êles teve palavras elogiosas. O primeiro soneto da 2.^a parte do livro, «Pelo amor»!, mostrei-o eu, no Jardim Botânico, ao Veiga Simões que, muito entusiasmado e com o seu fino senso crítico, me aconselhou a abrir com êle a 2.^a edição. O de pág. 69 «Francesca» mostrei-o, ainda inédito, ao Mário de Vasconcelos, na minha casa de Couraça de Lisboa, em certa tarde em que êle veio da sua

terra até Coimbra matar saudades. «Captiva», pág. 71, mostrei-o primeiro ao António Sardinha e depois ao Santiago Presado. O de pág. 73 «A violinista» inspirou-me a célebre violinista húngara Stephi Geyr, uma rapariguita de catorze anos, a quem, na presença do Pedroso Rodrigues, hoje nosso ministro em não sei que capital, o ofereci, quando ela jantava num dos hotéis do Largo da Portagem, o Avenida ou o Continental, não posso precisar, e foi, como outros, publicado na «Resistência», jornal de Coimbra então dirigido pelo Quim Martins (Dr. Teixeira de Carvalho).

Os dois de pág. 64 e 75, «Genezareth», mostrei-os primeiro ao Sousa Costa, que os viu nascer numa tarde, em que passeávamos à beira do Mondego, à hora em que o sol-posto dava às águas do rio tonalidades róxas e vermelhas: «ametistas vogando sôbre mosto...» Mostrei-os depois ao grande poeta Conde de Monsaraz, que me observou que eu não devia escrever «Saphed» com «d» mas com «t» para evitar a cacafonia. Pode confirmar isto o meu amigo Conde de Monsaraz, filho, que estava presente. Mostrei-os ao Ladislau Patrício e... ao João Maria Santiago Presado. Creio que foram publicados também na «Resistência» e posteriormente, com certeza, na «Ilustração Portuguesa», onde também publiquei parte da série «Às Portas de Fez».

A série de quatro, «Soberana», que vem de pág. 76 a 79, foram publicados pela primeira vez na revista «Livre pensamento», n.º 1, Coimbra, de 2 de Abril de 1905, em que colaboraram ainda Tomás da Fonseca, Lopes d'Oliveira, Sousa Costa, António Gonçalves, Abranches Ferrão, Luís Ribeiro e António Granjo. Além do Abranches Ferrão e do António Granjo, todos os outros são vivos e podem testemunhar o caso. Mas, para tirar tôdas as dúvidas, remeto ao sr. dr. Manuel Múrias o único exemplar que me resta dessa Revista, pedindo o grande favor de mo devolver, quando dêle não precisar já. Os sonetos em questão vêm na pág. 7 e 8.

O de pág. 80, «Romper d'alva», lembro-me muito bem de o ter mostrado na livraria do França Amado e, logo depois de o ter feito, ao dr. António Cid.

O de pág. 83, «Intangível», e o de pág. 111 «Gratie plena» foram lidos, quando inéditos, por muitos rapazes do meu tempo de Coimbra, e foram publicados na «Ilustração Portuguesa», edição semanal do jornal o «Século», de 28 de Julho de 1913, o 1.º, como segunda composição premiada no Concurso de Sonetos de Amor, daquela revista, e o 2.º, semanas depois, como composição classificada em décimo lugar.

É vivo, felizmente, um dos vogais do juri que procedeu à classificação, o dr. Júlio Dantas. Para evitar incómodos de pesquisas, também envio, por empréstimo, ao sr. dr. Manuel Múrias um exemplar do número em que foi publicado aquele soneto. Vem na pág. 101 da mesma revista.

Os de pág. 84 «Virgem-Mãe» e 89 «Coimbra» creio que também foram publicados na «Resistência», e também os mostrei, estava eu já no 5.º ano de Direito, aos Condes de Monsaraz, o primeiro no Largo da Sé Nova, e o segun-

do na casa daqueles senhores, na Couraça de Lisboa. Está também, felizmente, vivo o Conde de Monsaraz, filho, cujo testemunho, se fôr preciso, invoco. Sucedeu isto por ocasião da greve académica de 1907.

O de pág. 109, «De joelhos», quando o mostrei a Eugénio de Castro mereceu-lhe a observação de que era muito justa aquela imagem «Dois lindos ramos de lilaz» para designar seios virginais. «Unus et Trinus», de pág. 123, também o leu, ainda inédito, o Veiga Simões. Mas todos êstes sonetos, os que escrevi em Coimbra, foram lidos por João Maria Santiago Presado. Eu não escrevia nada, que lhe não mostrasse e êle igualmente me lia muitos dos seus versos. E vem a propósito narrar um episódio.

Meses depois de nos formarmos, eu e o Santiago Presado encontramos em Lisboa. Muita alegria, grande abraço e a seguir peço-lhe para me ouvir ler todos os sonetos que eu ia incorporar, com os 50 da 1.^a edição, num único volume. João Maria, amável, convida-me para no outro dia almoçar com êle no Leão d'Ouro, para então se fazer essa leitura. Aceitei o convite e ao outro dia fui encontrar no Leão d'Ouro o João Maria Santiago Presado com o Hipólito Raposo, também convidado para aquele almoço, a que assistiu ainda um escritor, Silva Passos, já falecido. Comecei a leitura creio que antes do almoço nos ser servido. Eu leio muito mal, e tão mal que Hipólito Raposo protestou, observando que eu parecia ter a boca cheia de favas. Então passei o livro manuscrito para as mãos do Santiago Presado. Êste, que lê muito bem, deu um grande relêvo aos meus versos. Leu quantos eu lhe indiquei, e leu, ao acaso, folheando o volume, muitos outros. O Hipólito Raposo deve lembrar-se muito bem dêste facto.

Mas não era só ao Santiago Presado que eu mostrava os meus sonetos. Mostrava-os também, com aquela alvoroçada alegria de quem julga ter produzido qualquer coisa de interessante, a outros rapazes da minha amizade e admiração. É, por isso, que Hipólito Raposo, começa a carta de 25 de Janeiro de 1917, que me enviou, acusando a recepção dos «Sonetos», 2.^a edição, com o seguinte período:

«Há já bastantes dias que os seus Sonetos passaram a arca-da pombalina e há outros tantos que eu os li com a velha devoção dos tempos de caloiro em Coimbra, quando V. nos dava versos ainda húmidos, à mesa do nosso jantar da *república* das Flores».

Todos os outros sonetos foram escritos já no Algarve, e poderia precisar as circunstâncias e os motivos da sua génese. Quero apenas indicar que o de pág. 118 «Margaret», corresponde à morte duma filhinha, e os de pág. 87, 88, 103, 104 e 121 ao nascimento de outra.

«Ciganos», a pág. 115, 116 e 117 foram publicados em 1908 ou 1909

numa revista da Figueira da Foz, terra do João Maria Santiago Presado, e a pedido do Cardoso Marta. Lembro-me de que, pouco tempo depois, encontrei na Rua do Ouro o Gastão Correia Mendes e o João de Barros que me disse ter gostado muito daqueles três sonetos, sendo pena que uma gralha «espada» em vez de «espádua» — houvesse prejudicado o sentido.

O de pág. 100, «Estátua do Cavador», foi feito em casa do Sousa Costa, quando êle morava na Costa do Castelo, uma hora depois de ter com êste escritor visitado o atelier de Costa Mota, tio, onde admirámos a «maquete» do «Cavador» que se encontra no Jardim da Estrêla, e foi publicado na «Ilustração Portuguesa», edição do «Século», com o meu retrato e o da *maquete*. Mas estas indicações tôdas, por ventura não invalidam a arguição que resulta das cartas publicadas pelo sr. Álvaro Pinto. É preciso mais alguma coisa.

Em 7 de Fevereiro de 1917 recebo uma carta do Santiago Presado, saída da «Figueira da Foz», como verifico pela marca do correio, em 5 daquele mês, que é a seguinte:

Figueira da Foz, 3 de Fevereiro de 1917.

Meu caro Cândido Guerreiro:

Creio que é esta a primeira vez que V. recebe uma carta minha, e lamento se elle não fôr agradável, coisa de que eu aliás não sou culpado.

Antes de entrar pròpriamente no melindroso assunto que me leva a escrever-lhe, deixe-me fazer uma ligeira introdução.

Quando publiquei o meu último livro «Doze canções de Amor», mandei-lhe um exemplar, que V. nunca me acusou. Não fiquei, acredite, com a mais ligeira sombra de melindre, porque eu já cometi faltas idênticas, que portanto me servem para desculpar as dos outros.

Quando agora vi anunciado o seu livro, fiquei, como era natural, com o mais vivo desejo de o ler; e se o não comprei logo, foi porque pensei: pode ser que o Cândido Guerreiro, que nada me disse do meu livro, aproveite agora esta ocasião para me mandar o seu.

Estive até, por mais duma vez, para lhe escrever, para saber se as minhas «Doze Canções de Amor», por qualquer eventualidade, lhe não teriam chegado às mãos. Afinal não escrevi, e o seu livro também nunca veio; e como êle não viesse, resolvi-me então a comprá-lo. Folheando, apenas cheguei a casa, o seu livro à tôa, num momento em que várias circunstâncias me não permitiram lê-lo com a atenção que êle merece, tive o intraduzível espanto de ver um terceto (porque eu começo sempre, antes de ler qualquer soneto, por deitar os olhos pelos tercetos) terminado por um verso meu, e fechando uma idea que também é minha.

Fui depois ler as quadras, e o meu espanto redobrou porque as quadras também me pertencem.

Essas quadras (refiro-me ao soneto que vem na pág. 110 do seu livro) pertencem ao segundo soneto e os tercetos ao soneto terceiro de uma poesia minha em três sonetos chamada «A Inundação», escrita em 1902 e até já em longa data publicada!

Como explica V. isto? *Eu quero por tôdas as formas afastar do meu pensamento uma suspeição menos honrosa e que seria um deshustne para o seu nome; e procuro attribuir o facto a uma lastimosa confusão, que o fizesse incorporar no seu livro um soneto que*

PARA A HISTÓRIA DA «ÁGUIA» E DA «RENASCENÇA»

lhe não pertence, talvez por V. ter conservado entre a sua velha papelada alguma cópia da minha poesia, que um dia tivesse merecido o seu agrado.

Mas há mais.

Tendo eu fechado o seu livro, absorvido no meu grande espanto, tornei-o depois a abrir, para voltar a ler o soneto, que fui procurando pelos tercetos, quando, com maior espanto ainda, se me depara êste verso (na pág. 106):

«Syrius acorda ao alto, e treme, e arde»

que também me pertence — como também me pertence todo o soneto, onde apenas alguns versos são ligeiramente modificados.

E, coisa extraordinária! — as quadras pertencem também a um soneto, e o verso final é também o verso final de um outro soneto. Ambos êles fazendo parte de uma série de sonetos, inspirados nas tardes e nas noites da minha terra, todos êles antigos e todos êles também já publicados em diferentes datas!

Vou-me dar ao trabalho de copiar a minha poesia «A Inundação» e também os dois outros sonetos para lhos mandar juntamente com esta carta.

Que êles são meus, absolutamente meus, é uma coisa tão certa, tão insofismável, como certo e insofismável é eu estar agora a escrever-lhe. A minha afirmação (pois que ninguém compreenderia que eu viesse desta forma inventar e reclamar um direito de posse a uma coisa que realmente me não pertencesse); a prioridade dos meus sonetos, e está confirmada pelas datas de publicação; e até o testemunho, desnecessário, de pessoas que há muito tempo os conheciam, tudo isto atestará os meus direitos de verdadeiro autor. Nada receio por mim; *o que me custa — e creia V. na minha sincera e franca lealdade — é poder ver V. colocado na mais desagradável das situações.*

Eu não sei, com franqueza, até que ponto levaria a minha generosidade, nem até onde chegaria a minha renúncia, para repudiar, em seu benefício, os meus direitos de paternidade, com o amor ou egoísmo que sempre nos liga, mais ou menos, a tudo aquilo que, ou bom ou mau, representa um bocado de nós mesmos.

Mas isto era se não se desse a hipótese de os meus sonetos não estarem já publicados de longa data.

Contudo, acredite V., que eu de forma alguma quero trazer para público uma questão que seria um deslustre para o seu nome e para a sua reputação, nem tão pouco pretendo conquistar umas tristes corôas de glória à custa do vexame de uma pessoa a quem me prendem as gratas lembranças de uma boa camaradagem, com tôda a admiração que V. me merece como poeta.

«O seu talento não necessita adornar-se com louros alheios, e pelo seu carácter não o quero julgar capaz de se apoderar do que constitui uma sagrada propriedade de outros, e que em nada iria enriquecer a sua».

Eu quero encontrar uma explicação que me satisfaça, mas incapaz de a encontrar peço a V. que ma dê.

V. conhecia de Coimbra os meus sonetos, e eu quero até pensar também (porque tenho escrúpulo e melindre em formular outras hipóteses) que uma reminiscência vaga, uma elaboração inconsciente, o fizesse reproduzir êsses versos que V. já conhecia. Eu quero enfim encontrar a melhor das explicações e dar justificações para V. Aguardo, por isso, uma resposta sua, pondo por hoje ponto final na minha carta.

Do seu camarada

(a) João Maria Santiago Presado

Com esta carta vinham efectivamente cinco sonetos do Santiago Presado. Lidos, reconheço com assombro indescritível e com profundíssimo des-

gôsto, que os meus sonetos de pág. 106, «Primeira Estrêla» e de pág. 110 «Água Indómита» haviam sido compostos com versos daqueles cinco sonetos de Santiago Presado, à parte modificações ligeiras, e menos o primeiro terceto e os dois primeiros versos do último terceto do soneto «Primeira Estrêla». Como é que eu fui buscar aos cinco sonetos de Santiago Presado ideas, imagens e versos para compor dois sonetos, aqueles dois sonetos que justamente o Santiago me apontava? Se eu fôsse tão miserável que quisesse plagiar, ou tão idiota que quisesse deshonrar um livro de 112 sonetos, juntando aos meus 110 os 2 extraídos dos de Santiago Presado, agarraria pelos cabelos a explicação que êle aventava, a de ter entre a minha papelada os cinco sonetos dêle, esquecendo-me de que lhe pertenciam e incorporando-os entre os meus. E dir-lhe-ia: — Sim, senhor. Efectivamente por muito gostar dêles, copiei os seus cinco sonetos; meti-os entre os meus papéis, esqueci-me que eram seus; condensei-os em dois e encorporei-os no meu livro, supondo que eram meus. Foi uma lastimável confusão. Você desculpe, amigo.

Mas isto seria simplesmente mentir e seria indigno de ambos, dêle que tão lialmente me prevenia como amigo, (eu estive até agora na ignorância das três cartas que êle enviou ao sr. Álvaro Pinto...) e de mim, que havia mais de vinte anos trabalhava na literatura, apagadamente, sim, mas com honestidade.

E então não pude deixar de me convencer de que realmente o Santiago Presado alguma vez me lera e me impressionara fortemente com aqueles seus cinco sonetos, e, tendo-me esquecido inteiramente dêles, e, procurando em certo momento traduzir a impressão que me ficara de uma cheia na ribeira de Alte, em que eu e a gente da minha aldeia vimos uma moleira salvar-se, trepando para o telhado do moínho, o soneto «Água Indómита» veio-me cá para fora na forma que dormia no meu subconsciente, forma que aliás não era minha, e compreendi também o motivo porque hesitei em o publicar. O mesmo, decerto, me teria sucedido com o soneto de pág. 106. Ocorreu-me nessa ocasião, salvas as devidas distâncias, o que aconteceu a Eça de Queiroz, acusado injustamente por Camilo, à margem do volume da «Relíquia», de plagiário, e ainda de ter escrito períodos inteiros, que parecem copiados de Flaubert, como se vê do livro «Eça de Queiroz», do sr. António Cabral. Lembrei-me também do caso de Alves Mendes, plagiando inconscientemente Castelar.

Respondi, pois, à carta de Santiago Presado com a que segue:

Meu caro João Maria:

Não recebi o seu livro «Doze canções de amor».

Seu amigo deveras desde 1902, tendo desde então pelo seu espírito e pelo seu coração o enternecido affecto que poderia ter por um irmão mais novo, não lhe mandei a 2.^a edição dos «Sonetos» — apenas por ignorar o seu paradeiro.

E, feita esta afirmação, compreenderá V. facilmente, desde que faz justiça à minha proibidade moral e ao meu natural orgulho de artista, o meu assombro primeiro, ao terminar a leitura da sua carta, e depois a máguia dolorosíssima ao constatar que *compus* e *publiquei* versos que V. já anteriormente *compusera* e *publicara*, sem que eu, ju-ro-lhe pela saúde de meus filhos, tenha a menor idea de alguma vez os ter lido ou ouvido recitar a V.

Como explicar a coincidência tristíssima para mim?

O soneto de pág. 110 corresponde a um facto que se deu há anos na minha aldeia, que é atravessada por uma ribeira, onde há uma ponte cujas grades uma cheia eu vi derrubar.

Compu-lo em Dezembro de 1907, e mandei-o para Coimbra ao Veiga Simões, parece-me que em Janeiro de 1908, consultando-o sobre se seria melhor *ponte mourisca* ou *ponte romana*, e aconselhando-me êle a primeira forma, por ter mais côr local. Parece-me que o António Sardinha terá visto o soneto na mesma ocasião. E, por acaso, é um soneto que eu estive para eliminar por não gostar dêle.

O de pág. 106 compu-lo em começos de 1908, revivendo a impressão que me ficou dum passeio que uma tarde dei com o nosso condiscípulo Alfredo Coelho de Magalhães na Pateira de Fermentelos, e publiquei-o no jornal daquele nosso amigo, *O Correio do Vouga*, e o que tem graça, ou antes, o que não tem graça nenhuma, é que o 1.º verso da 2.ª quadra havia eu escrito da primeira vez exactamente como V.: — «Andorinhas velozes como setas...»

Mas há mais:

O 1.º soneto da sua série é, com uma modificação ligeira, um soneto que eu escrevi também em Dezembro de 1907, e que eu tenho aqui inédito no livro onde tenho os originaes de quási todos os sonetos que entraram de novo na 2.ª edição.

Se eu duvidasse um instante da sua boa-fé, dela teria aqui a prova mais completa.

Repito: como explicar o fenómeno?

Ninguém, que me conheça, poderá admitir que eu fôsse capaz de deshonnar o meu nome e sujar o meu livro que tem 138 páginas, — que eu publiquei para deixar aos meus filhos como uma memória sagrada — roubando uma página ou um verso, que, por me não pertencer, nenhuma glória me viria dar. Não seria só deshonesto, seria imbecil.

Mas, diante do facto indestrutível, sou obrigado a admitir, com V., que *uma reminiscência vaga, uma elaboração inconsciente me fizesse reproduzir versos*, que por ventura V. me leu.

Em paz com a minha consciência, embora de mal com a minha pouca sorte, quero também ficar em paz com V. Se me fôsse possível, partiria já hoje para af, a trocar impressões com V. Mas irei a Lisboa. Partirei no próximo domingo de tarde.

Encarecidamente, em nome de quanto V. mais preza, lhe peço me responda na volta do correio se condescende em vir ali encontrar-se comigo. V. indicará a hora, dia e local.

Seu

Cândido Guerreiro

Esta carta, que transcrevo dum rascunho que conservo, tinha um *post scriptum* de que não deixei cópia, e em que lembrava a leitura dos sonetos feita pelo Santiago Presado, no Leão de Ouro.

Logo no dia 9 de Fevereiro recebo o seguinte telegrama:

«Não parta para Lisboa espere minha carta. Um abraço.

(a) Santiago

E veio a carta anunciada assim concebida:

Figueira da Foz, 9 de Fevereiro de 1917

Meu caro Cândido Guerreiro

Acabo de receber a sua carta e apressei-me logo a mandar-lhe um telegrama prevenindo-o que esperasse por esta carta minha, que era para não ir a Lisboa no domingo como tencionava.

Nesse dia é-me impossível lá estar. Já ontem eu tinha que sair da Figueira, mas quis aguardar aqui a sua carta, que pelo telegrama me anunciou.

Tenho porém de partir ainda hoje para Coimbra, depois seguirei para Soure, para novamente voltar a Coimbra, e só nos fins da próxima semana partirei então directamente de lá para Lisboa, e demais já era minha tenção lá ir brevemente para tratar de outros assuntos. Com antecipação, logo que possa precisar o dia da minha ida, preveni-lo-ei, indicando ao mesmo tempo a hora e o local para nos encontrarmos.

O que aconteceu é realmente extraordinário e tenho o mais vivo interêsse também de estar consigo, pois que se assim não fôsse, ver-me-ia impellido a explanar-me em mais considerações numa longa carta que agora, por falta de tempo, não podia escrever com o sossêgo que ela requeria. Visto que brevemente estaremos juntos, então falaremos largamente, e entretanto, para tranqüilizar o seu espírito, *quero-lhe afirmar que nem por sombras tenho, nem posso ter, qualquer suspeita ou qualquer dívida menos honrosa para si.*

V. bem com a sua consciência, não deve — como diz na sua carta — estar mal com a sua pouca sorte.

A questão foi esclarecida, e sê-lo-á ainda melhor, com mútua lialdade e amizade, e o seu livro ficará sendo sempre uma memória sagrada para os seus filhos que não encontrarão nunca, em todo êle, senão motivos para venerarem o seu nome.

E, visto que brevemente nos encontraremos, mais nada por hoje; e fecho a carta enviando-lhe um apertado abraço de amigo

(a) João Maria S. Presado

Fiquei tranqüilo quanto à justiça que eu esperava, e tinha o direito de esperar por mim e por êle, do Santiago Presado. Tempos depois, não sei se meses, se anos, encontro o Santiago Presado em Lisboa, no Largo do Chiado. Logo ali abordámos o assunto, e o Santiago para me confirmar a certeza que tinha da minha inculpabilidade, contou-me que facto idêntico lhe havia já sucedido com um soneto que fizera e que era a reprodução doutro escrito não sei por quem. E rematou: — Note, Cândido Guerreiro, que não era um soneto vulgar, mas um soneto trabalhado.

E, assente que os dois sonetos seriam retirados numa futura edição, sempre que vinha a propósito, não deixava de referir o caso, tendo-o contado a diversas pessoas das minhas relações, como, por exemplo, Sousa Costa, Ladislau Patrício, Cardoso Marta, e, ainda há poucos meses, o contei pormenorizadamente ao Mário Lyster Franco, a todos revelando a decisão de os eliminar, conforme ficara estabelecido. Creio que isto provará a minha boa fé. E são estes dois famosos sonetos, que pesam no volume como dois trambolhos,

que me tiram, segundo o sr. Álvaro Pinto, o direito de autor dos restantes 110...

Mas, se êsses 110 sonetos me não pertencem, faça-me o sr. Álvaro Pinto o favor de nos dizer, a mim e aos leitores, qual o livro, jornais ou publicações donde os copiei. E isto é que é absolutamente indispensável. O sr. Álvaro Pinto vai exautorar-me e vai convencer-me até de que o conhecido soneto — «Porque nasci ao pé de quatro montes...» — não fui eu que o fiz, mas chamei algum dos seus amigos e paguei-lhe a viagem até Alte para mo fazer...

Vamos agora à segunda afirmação do sr. Álvaro Pinto.

Quando foi que êle combinou comigo, ou com outrém, em meu nome, que eu adquiriria os exemplares existentes aos dez ou vinte de cada vez? Dirigiu-me alguma carta neste sentido? Respondi-lhe eu? Faça favor, se tem essa carta ou cartas, postal ou telegrama, de as publicar. Se quiser pode até publicar o fac-simile delas. Eu pago a despesa. Teria conversado comigo? Só telepàticamente, pois que nem sequer de vista o conheço. Repito: — não basta afirmar. Em coisas de tamanha gravidade, põe-se tudo em pratos limpos, com provas irrefutáveis. Também fico esperando por estas e creio que as esperarei até o dia do juízo final.

Terceira afirmação do sr. Álvaro Pinto: — Eu caluniei-o. Mas em que o caluniei eu?

Diz o sr. Álvaro Pinto: «O ano passado, porém, um distinto e ilustre escritor passou uma temporada no Algarve e lá tornou a ouvir a imprudente e caluniosa canção: eu não pagára a edição dos «Sonetos» de Cândido Guerreiro e quisera fazer nova tiragem nas mesmas ultrajantes condições».

Antes de mais nada, devo assegurar ao sr. Álvaro Pinto que, embora pessoa ilustre, ninguém aqui no Algarve lhe faz referências. Pelo menos, eu nunca as ouvi. Assim, não se ouve aqui, neste canto do sul, a seu respeito, nenhuma canção caluniosa ou verdadeira, e, quanto a mim, eu nunca me ocupei até agora e pròpriamente do sr. Álvaro Pinto. O caso é um pouco diferente, como vai ver.

Em Agosto de 1920 recebi da «Renascença Portuguesa» um postal anunciando que os «Sonetos» estavam esgotados. Em Julho de 1920 e com data de 18 recebo da «Renascença Portuguesa» o pedido de — «remeter para a Caixa 1127 — Rio de Janeiro, um exemplar emendado do livro «Sonetos» para se fazer a sua reimpressão».

Não me surpreendeu o facto, pois já o Visconde de Vila Moura me noticiára que o livro estava a vender-se bem, e, mais tarde, outras pessoas me disseram que a edição se esgotara. A mim ninguém, absolutamente ninguém, me disse, verbalmente ou por escrito, que o livro fôra retirado do mercado.

Não tenho de memória os termos em que respondi àquele memorandum.

Sei, entretanto, que exigia que a nova edição me fôsse paga, visto que da anterior eu nada recebera, além de sessenta exemplares. Em Outubro de 1920 recebo novo memorandum, comunicando-me que o sr. Álvaro Pinto não desejava reimprimir os «Sonetos». Também não estranhei o facto.

Um dia tive ensejo de travar relações com um distintíssimo colega no fôro, dr. José Gualberto de Sá Carneiro, hoje director da «Revista dos Tribunais», do Pôrto, que, gentilmente, mostrava o maior empenho em possuir um exemplar dos «Sonetos», que procurára em diversas livrarias e não o tinha encontrado. Mais tarde, tendo eu conseguido obter um exemplar, ao entregá-lo, deu-me êle a notícia de que o livro de novo apparecera à venda! A notícia foi-me confirmada por diversas pessoas e por um postal da «Renascença Portuguesa».

Para ali, em comêço de 1922, peço diversas obras, e é a respeito dêste pedido, e num postal da casa, que o sr. Alberto Osório, que supponho ser o guarda-livros da «Renascença», termina assim:

«Dos «Sonetos» tenho 10 exemplares em casa, e, aproximadamente, 25 nos agentes».

Quere dizer: apesar de ter sido retirado da venda, o livro ainda estava na mão dos agentes — em Janeiro de 1922...

Mais: em 1923 ainda o livro se vendia aqui, na livraria Capela, desta cidade.

Ora foi isto que eu, resumidamente, contei ao Jaime Cortesão. E não engrolei desculpas. Contando o facto, sucintamente não attribuí responsabilidades directas e immediatas ao sr. Álvaro Pinto. Sabendo-o ausente no Brasil, conjecturei até que fôsse estranho a esta segunda venda.

Em conclusão:

Santiago Presado, na sua primeira carta, a que me enviou em data de 3 de Fevereiro de 1917, reinvidica os seus direitos de autor dos versos dos 2 sonetos do meu volume a pág. 106 e 110. Não aponta outros e diz:

«Eu quero por tôdas as formas afastar do meu pensamento uma suspeição menos honrosa e que seria um destlustre para o seu nome».

Acrescenta: — *o que me custa — e creia V. na minha sincera e franca bialdade — é poder ver V. colocado na mais desagradável das situações».*

E êle próprio — que me sabia incapaz duma porcaria, duma pouca vergonha, que ao mesmo tempo excederia as marcas da idiotice, sugere-me duas explicações para o que desastradamente me acontecera, aceitando eu a única admissível e a mais honesta, pois, diz êle, Santiago Presado, ainda:

«O seu talento não necessita adornar-se com louros alheios, e pelo seu carácter não o quero julgar capaz de se apoderar do que constitui uma sagrada propriedade de outros, e que em nada iria enriquecer a sua».

Ainda na sua carta de 9 de Fevereiro de 1917, respondendo à minha, para tranqüilizar o meu espírito, repete:

«...quero-lhe afirmar que nem por sombras tenho, nem posso ter, qualquer suspeita ou qualquer dúvida menos honrosa para si».

Depois disto, depois desta segunda carta, cujo envio me anunciou pelos fios, de mais a mais com um abraço, eu podia lá suspeitar sequer que o meu amigo João Maria tinha sido tão desconfiado, tão cauteloso até ao ponto de mandar previamente e devidamente reconhecida ao sr. Álvaro Pinto aquela carta de 30 de Janeiro de 1917, a primeira que vem publicada no «Ocidente?» Eu podia lá admitir que o Santiago Presado fôsse capaz de enviar ao sr. Álvaro Pinto a carta de 6 de Março de 1919?

Nessa carta, escreve êle:

«Devo observar, contudo, que se não trata de versos, apenas, mas de sonetos completos, e não são um nem dois».

São então mais de 2 sonetos? Quantos? Quais são? E porque mo não disse logo, na sua primeira carta? Porque não mos apontou ao menos, quando nos encontrámos no Largo do Chiado? Parece que tem estado à espera da 3.^a edição, para, não vendo nela os dois sonetos incriminados, vir então dizer:

— Homem, V. reincide: tais e tais versos são meus...

Se é isso, faça favor de mo dizer com brevidade, porque, realmente estou no propósito de fazer sair a 3.^a edição dos «Sonetos».

Quanto ao sr. Álvaro Pinto, não seria natural, recebendo a denúncia dum plágio, real ou aparente, cometido de caso pensado ou apenas inconscientemente, num livro que êle editou, perguntasse ao autor o que havia de verdade nessa denúncia? Se não queria dirigir-se-me, por indigno de receber as suas letras, porque não deu ao menos um cavaco ao Dr. Alfredo Coelho de Magalhães, a única pessoa com quem tratou da edição?

E a história de que combinou comigo a solução do incidente, comprando-lhe eu os exemplares existentes? Essa ainda é mais engraçada. Se até à data ou tenho estado na mais absoluta ignorância de que existiam aquelas três epístolas célebres enviadas pelo Santiago Presado ao sr. Álvaro Pinto...

Mas era preciso o escandalozinho, que servisse de reclamo estrondoso...

E diz que o calunio. Em quê?

O livro foi retirado da venda, diz o sr. Pinto. Nos próprios catálogos da «Renascença Portuguesa» é êle anunciado, com a indicação de que se esgotara. Mas, depois disso, é pôsto à venda, abundantemente, nas livrarias de Lisboa e nas de Faro, e em 1922 ainda havia exemplares nas mãos dos agentes, segundo comunicação insuspeita do sr. Alberto Osório.

(Entre parêntesis e de passagem, pergunto: — Quem se aproveitaria materialmente do produto do roubo? Eu não, pois, repito, apenas recebi 60 exemplares, nem, de resto, exigi mais nada).

E, porque singelamente refiro o facto da segunda venda, calunio o sr. Pinto e provoço os protestos indignados do seu compadre Jaime Cortezão...

Eu pensava lá em tão importante cavalheiro? Tanto como no que, a

esta hora, se passa nos antípodas. Mas fico a pensar agora, e pensarei, enquanto não chega a oportunidade para deixar de pensar».

* * *

Utilizou-se o sr. C. G. de doze páginas de «Ocidente» para fazer um resumo dos elogios que tem provocado e para insistir em dizer que lhe pertence um livro onde confessa haver sonetos plagiados; para negar que tenha adquirido grande parte da edição aos 10 e 20 exemplares; e para desfazer as informações que tive de pessoas insuspeitas sôbre o que de calunioso êle fazia correr a meu respeito.

Adoptando a mesma numeração do sr. C. G., é-me fácil retorquir:

1.º — Se há no livro sonetos dêle e sonetos doutrem o livro, evidentemente, não lhe pertence. ¿O sr. C. G. seria capaz de vender um prédio de 10 andares se fôsse apenas dono de 9? E porquê? Porque a casa não lhe pertencia. — O sr. C. G. seria capaz de chamar água pura a um almude do precioso líquido a que se tivesse juntado meio litro de vinagre? — Por serem apenas alguns sonetos os plagiados — o sr. C. G. pretende estabelecer a distinção entre plágio pequeno e plágio grande? — Poderemos admitir que um adultério de meia hora por mês é coisa de pouca monta? — Respondam os juristas.

2.º — O sr. C. G. não pode compreender que a atitude de Santiago Presado e o meu silêncio fôssem de absoluta e sincera generosidade para com o seu acto. Lamento ter de dar mais provas. A edição foi tratada pelo dr. Alfredo Coelho de Magalhães, que, em resposta a uma carta minha, me disse há dias: «Foi por meu intermédio que se fez na «Renascença» a edição dos «Sonetos» do Cândido Guerreiro. Tive conhecimento da acusação do Santiago Presado que, se a memória não me falha, êle fez em carta dirigida ao meu caro Álvaro Pinto que, logo, ma teria mostrado». Recebida a 1.ª carta de Santiago Presado, tratei imediatamente de suspender a venda, guardando os exemplares que havia em depósito e não satisfazendo mais pedidos. Dada a consideração e amizade que me merecia o dr. Coelho de Magalhães e em vista da atitude de Santiago Presado, não devia fazer outra coisa. Além disso, o escândalo dum plágio — embora pequeno na opinião do sr. C. G. — era um descrédito para a «Renascença», que eu estimava acima de tudo. Combinou-se que o sr. C. G. adquirisse os exemplares retidos com o desconto de 20 % e não foi preciso adquirir muitos, porque a edição foi apenas de 600 exemplares, tendo-se feito logo de início uma distribuição por agentes e sócios de cerca de 400 exemplares, que era a primeira saída de qualquer livro. Tenho diante dos meus olhos duas cartas do sr. C. G. referentes a pedidos de 10 exemplares e a remessas de vales de 4\$00 e vejo num sumário de correspondência que o guarda-livros me enviava, quando me ausentava do Pôrto, o seguinte, em Junho de 1919: «Cândido Guerreiro — pede 20 Sonetos e 1 Acordãos. Pregon-

ta preço 1 História de Portugal editada pela «Renascença» (?). Livros enviados. Não se respondeu à pergunta sobre História». Não se recorda disto o sr. C. G.? Encontra o sr. C. G. incoerência entre a declaração de estar o livro esgotado e a resposta dada pelo guarda-livros em Janeiro de 1922 de que havia 10 ex. em depósito e 25 nos agentes? Não sei quando é que as outras casas editoras consideram uma edição esgotada. A «Renascença» fazia êsse aviso, quando só tinha 50 exemplares. Quanto a haver livros nos agentes — pode havê-los durante anos, porque, infelizmente, há vendedores de livros que nunca prestam contas e a casa editora responde sempre pelo seu livro de movimento. Por outro lado, eu não afirmei que retirára o livro da venda. Suspendi a venda, ou seja, suspendi as remessas de mais livros, dando, algum tempo depois, a explicação lisonjeira de que o livro estava esgotado, e não o retirei dos agentes para não levantar a mínima suspeita. Entre mim, Coelho de Magalhães, Jaime Cortesão e Santiago Presado combinou-se um tão rigoroso sigilo — que nem o guarda-livros da «Renascença» soube do caso. Continuando com a memória bastante fraca para certos pormenores, admira-se o sr. C. G. de eu não ter interpelado o dr. Coelho de Magalhães, *única pessoa com quem tratei da edição*. Não é exacto. Já reproduzi o que Alfredo Coelho de Magalhães me respondeu em cinco de Julho último e ainda no meu indiscreto arquivo estão postais, cartas e telegramas do sr. C. G. tratando da edição **comigo**. Foi o dr. Alfredo que solicitou da «Renascença» a edição do livro. Mas o contrato, provas, pedidos insistentes, por telegramas e carta, para que o livro só fôsse pôsto à venda em certa época — tudo isso foi tratado comigo, como pode ler-se nos papéis que exhibirei quando seja necessário. Claro que isto pouca ou nenhuma importância tem para o caso do plágio. Apenas gasto algumas linhas com a referência para mostrar como o sr. C. G. se esquece dos factos. Não se lembra também o sr. C. G. de ter dito a Santiago Presado, quando o encontrou em Lisboa, que a única solução para o caso era retirar o livro da venda?

3.º — Nega o sr. C. G. que me tenha feito as referências a que aludi. Baseei-me na carta de Jaime Cortesão que, infelizmente para êle, e para os seus velhos amigos, não pode confirmar o que me escreveu, por se ter exilado da Pátria e do bom senso, e no testemunho doutro ilustre escritor, que me repetiu, sem nunca delas ter conhecimento, as mesmas informações do antigo Director da Biblioteca Nacional e mas confirmou diante de várias pessoas logo depois de ter chegado aqui a carta do sr. C. G. Êle aparecerá no momento próprio, se o sr. C. G. entender levar mais longe êste curioso pleito. Entretanto, devo dizer-lhe que se trata do Escritor, cuja intervenção o sr. C. G. pediu para que a Livraria Lelo lhe editasse uma obra sua. Como isto se passou apenas há um ano, talvez o sr. C. G. consiga desvendar o mistério.

Ao dr. Santiago Presado comuniquei, como me cumpria, o teor da carta do sr. C. G. Em resposta, recebi a carta seguinte:

«Meu presado camarada e amigo:

Lisboa, 19-VII-38

Dignou-se o meu presado amigo enviar-me nesta data as provas da carta de Cândido Guerreiro, que deve ser incluída no próximo número de «Ocidente», afim de eu dizer o que se me ofereça, para mais perfeito esclarecimento desta lamentável questão.

Como a presente carta será portanto destinada à publicidade, preciso antes de mais nada, para elucidações da minha posição neste incidente ressuscitado agora, fazer a seguinte perentória afirmação perante o público e perante Cândido Guerreiro muito em particular: — que fui completamente estranho à publicação do artigo do Sr. Álvaro Pinto no 2.º N.º de «Ocidente», onde as minhas antigas cartas se reproduziram.

Esta inicial e categórica afirmação é-me imposta pela minha consciência, afim de que se me não possa atribuir — pela referida publicação das minhas cartas — qualquer espécie de conivência encoberta e desairosa.

...Desairosa para mim, dada a maneira como desde o início até hoje eu havia sempre procedido. É claro, Sr. Alvaro Pinto, que a sua situação é inteiramente diferente: historiando a acção desempenhada no seu tempo pela «Renascença Portuguesa» e certos factos com ela relacionados, recordou também êste, por motivos muito especiais que cabem apenas ao seu julgamento, entendendo dever utilizar aquela correspondência como um historiador que se mune da necessária documentação.

— O Sr. Alvaro Pinto, que não tenho ainda nesta altura o prazer de conhecer pessoalmente, não obstante as nossas velhas relações epistolares, pode testemunhar perante o público, a quem mentalmente agora me dirijo, e também a Cândido Guerreiro, que os factos se passaram rigorosamente assim. —

Foi pois com inteira surpresa que êste incidente se me deparou, trazido à publicidade nas páginas de «Ocidente»; e já sei que o Sr. Alvaro Pinto teve conhecimento de que imediatamente o procurei na Redacção da revista e depois, por mais de uma vez, na livraria Lelo, sem nunca nos termos encontrado.

Circunstâncias accidentais, e um bocado também de descuido meu, inibiram-me de tornar a procurá-lo; mas tencionava fazê-lo precisamente agora, que se aproximava a saída do novo número de «Ocidente».

Não obstante as razões muito particulares que o Sr. Alvaro Pinto posteriormente me fez conhecer, eu é que me sentia no dever moral, perante mim próprio, de lhe pedir a inserção na sua Revista de uma carta minha com a mesma declaração que acima faço, e que em nada, evidentemente, tenho agora que alterar.

Disto mesmo eu mandei esclarecer recentemente Cândido Guerreiro,

por um antigo companheiro nosso que sôbre o assunto recebera há pouco uma carta dêle.

Agora surge uma outra para «Ocidente».

Pelo que a mim particularmente respeita, ela nada de maior importância acrescenta, a não ser a publicação das cartas que a propósito e em devido tempo dirigi a Cândido Guerreiro.

Elas valem precisamente para mim, pela expressão que evidenciam de sensibilidade afectiva, e por confirmarem (como com satisfação mais uma vez reconheço) a minha maneira de proceder — que de forma alguma representa (diga-se de passagem, e para que nem um nem outro se diminua no conceito de si mesmo) generosidade ou renúncia, mas tão sômente um natural escrúpulo pelo respeito que devemos ao nosso nome e ao dos outros.

E assim, perante todo o elucidativo epistolário formado pelas cartas minhas, que o meu presado amigo inseriu no 2.º N.º de «Ocidente», e pelas trocadas entre mim e Cândido Guerreiro, e reproduzidas por êle agora, o que ressalta efectivamente sôbre tudo, é a minha preocupação de um reservado sigilo (confirmado pelo silêncio que até à data mantive... e continuaria a manter) acêrca dêste deplorável caso; e isto pelo respeito que para a minha emotividade, apurada no meu affecto pelo antigo companheiro e no meu apreço pelo poeta, valia, através de tudo, o nome de Cândido Guerreiro e a sua reputação.

— Por isso mesmo queria, eu próprio, afastar do meu espírito «uma suspeição menos honrosa e que seria um deslustre para o seu nome» (minha carta de 3-II-917).

— Por isso mesmo (escrevi-lhe ainda na mesma carta): «Eu quero encontrar uma explicação que me satisfaça, mas incapaz de a encontrar peço a V. que ma dê».

— Por isso mesmo, ainda — ávido de uma explicação que não encontrava — lhe sugeria, eu próprio, as que acudiam ao meu pensamento, e accitava as que êle me desse.

Para concluir — e porque o processo, já hoje do público, está sobejamente esclarecido para que êle o possa julgar — abstenho-me de maiores reparos, que de resto a carta de Cândido Guerreiro sugeria.

Um, porém, não posso deixar passar sem formal rectificação: — é absolutamente inexacto, Cândido Guerreiro, (e agora dirijo-me mentalmente a si) ter-lhe dito alguma vez que factó idêntico me havia também já sucedido com qualquer soneto alheio.

Não, Cândido Guerreiro; alguma confusão se fez no seu espírito conturbado; mas, terminantemente, isso nunca eu lhe disse, nem podia dizer sem mentir — porque nunca me succedeu.

Ou tão generoso me apresenta (continuo a dirigir-me a si) que dissesse uma coisa dessas para mais o tranquilizar, fazendo-lhe ver que aceitava a sua explicação!...

Natural é que a perturbação nos cegue para o profundo sentido das coisas e para avaliar as atitudes.

Por isso... nada mais tenho a comentar.

Aqui deixo, Sr. Álvaro Pinto e meu amigo, esta resposta já mais longa que o meu intuito julgava, e queira receber, para rematar, os protestos affectuosos da nossa velha camaradagem».— JOÃO MARIA SANTIAGO PRESADO.

*

É inteiramente verídico tudo quanto afirma o Dr. Santiago Presado, cuja honestidade e lisura de carácter todos que o conhecem são unânimes em exaltar.

Ele quis, com raro cavalheirismo, poupar ao Sr. C. G. grandes dissabores e não levantou a questão no tempo em que ela teria surgido com áspera virulência. Eu, sem o menor interêsse no escândalo, apesar de entender o Sr. C. G. que tal silêncio chega a significar cumplicidade de encobridor (!), concordei em que tudo ficasse entre os dois interessados. E mantive o meu compromisso, até se me tornar indispensável repelir afrontas, que o Sr. C. G. vem negar, mas que me foram comunicadas por pessoas cujas palavras merecem todo o crédito.

Desfaz o Sr. C. G. a acusação do plágio? — Pelo contrário, confirma-a com novos elementos. E isso é que é a base da questão. O resto são episódios secundários, frágeis restos de naufrágio, a que nem é bom o Sr. C. G. continuar a agarrar-se.

ALVARO PINTO

«Ide à Ribeira das Naus; conversai com o mestre que fabricou a *S. Gabriel* e a história dessa nau será a narrativa brilhante da viagem de Vasco da Gama; cada uma das táboas do seu costado vos dirá os fundos segredos do mar tenebroso. Subi a encosta da Ajuda, batei à porta do palácio real, pedi para que vos deixem admirar mais uma vez a maravilhosa custódia, que se guarda no gabinete numismático de el-rei, e Gil Vicente, o extraordinário ourives que a fabricou, vos explicará como o seu cinzel prodigioso transformou o ouro das páreas de Quiloa. E se alguma coisa vos ficou por saber, entrai em Santa Maria de Belem, que naquela flora de pedra sentireis estonteada a cabeça na embriaguez dos perfumes orientais».— SOUSA VITERBO.